

◀ JORNAL

O Poder popular

EDIÇÃO 98

OUTUBRO 2025

ANO 10

Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.

OS POVOS DO MUNDO EXIGEM:

PALESTINA
LIVRE!

Editorial O recado das ruas e as lutas populares



EDITORIAL

O RECADO DAS RUAS E AS LUTAS POPULARES

As gigantescas manifestações contra a PEC da bandidagem e a anistia para Bolsonaro emergiram com força e entusiasmo em todas as capitais e nas maiores cidades do país, reunindo centenas de milhares de manifestantes no dia 21 de setembro. Os atos revelaram que, mesmo numa conjuntura complexa e difícil como a que vivemos atualmente, marcada por retrocessos sociais e chantagens dos Estados Unidos, é possível reunir multidões em mobilizações capazes de enfrentar com base social e organização popular a extrema-direita, a direita clássica, as ameaças do imperialismo estadunidense e colocar na ordem do dia a pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

As manifestações também serviram para resgatar as ruas como espaços próprios do povo trabalhador, das forças progressistas e revolucionárias e não do neofascismo, como vinha acontecendo nos últimos anos. Além disso, levantaram a moral de vastos setores populares que estavam apáticos diante da conciliação de classes e demonstraram haver disposição de luta e energia social para inaugurar um novo ciclo de movimentos sociais, com vistas a construir um projeto alternativo para o Brasil.

Contribuíram para a explosão das ruas as chantagens do imperialismo dos EUA e as bandalheiras do bolsonarismo no Congresso, um bando constituído

pelo lumpesinato político mais grotesco da história brasileira. Este setor sentiu-se suficientemente impune para aprovar a PEC da bandidagem, bem como pautar a urgência do projeto de anistia para Bolsonaro e sua gangue de criminosos. Tais medidas indecorosas, que representaram um verdadeiro escárnio contra o povo brasileiro, foram a gota d'água que despertou a indignação de centenas de milhares de pessoas e levou as multidões às ruas, para surpresa de muitos.

O governo Lula não tem mais desculpas para deixar de convocar a população à luta e enfrentar de maneira firme a oligarquia financeira, as políticas neoliberais e as forças conservadoras. Não é mais possível continuar governando emparedado pelo Centrão e aplicando medidas baseadas no arcabouço fiscal, garantindo lucros exorbitantes para os rentistas, enquanto oferece à população apenas as migalhas da compensação social, instrumento que serve de vitrine para implementar a política social-liberal.

Construir a Frente de Mobilização Popular e fortalecer as lutas populares

O PCB vinha alertando há bastante tempo para essa questão: somente as mobilizações populares nas ruas podem barrar as políticas contrárias aos interesses do povo

trabalhador. É hora de dar um passo à frente: construir a Frente de Mobilização Popular, um instrumento político que tenha capacidade de reunir o movimento sindical, os movimentos populares e as organizações da juventude, para colocar na ordem do dia a pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras, como a redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução dos salários, o fim da escala 6 x 1, a taxação das grandes fortunas, a revogação do arcabouço fiscal e das contrarreformas, a defesa das estatais e da soberania nacional e popular.

Para que essa conjuntura se consolide é imprescindível avançar com o trabalho de base. A história demonstra que as mobilizações populares precisam ser articuladas com as organizações sociais e políticas para se tornarem duradouras, ganharem organicidade e sentido político. O Brasil está cansado desse longo ciclo de conciliação cheio de derrotas.

Não podemos perder a oportunidade histórica, nem repetir os mesmos erros do passado. Se as manifestações de 21/09 revelaram o potencial das massas, a Frente de Mobilização Popular poderá ser o instrumento capaz de dar uma direção classista às mobilizações, organizar um programa unitário, articular os setores dispersos que ainda não foram incorporadas à luta, especialmente nos bairros populares, para abrir caminhos rumo à construção do poder popular e do socialismo. 🇧🇷

**O Poder Popular, Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.
órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)**

Conselho Editorial: Edmilson Costa, Antônio Lima Jr., Fabio Bezerra, Lucas Silva MTB 0092795, Nathália Mozer, Ricardo Costa, Roberto Arrais (jornalista responsável – 985/DRT – FENAJ).

Diagramação: Mauricio Souza

Colaboradores desta Edição: Coordenação Nacional da Unidade Classista, Comitês Regionais do Ceará e de Mato Grosso do Sul, Doug Santana (UJC SP), Edmilson Costa, Fundação Dinarco Reis, Lucas Silva e OPA (Organização Popular).

Endereço Eletrônico: www.pcb.com.br **Contato:** pcb@pcb.org.br

Sede Nacional do PCB: Rua da Lapa, 180, Gr 801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.021-180
Telefax.: (21) 2262-0855 e (21) 2509-3843.

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Avanço da EaD: precarização do ensino e das condições de trabalho

Por Doug Santana, militante da UJC em São Paulo



Em setembro o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) publicou o Censo de Ensino Superior de 2024, revelando que pela primeira vez em sua história, o Brasil registrou mais estudantes em cursos da categoria de ensino à distância (EaD) do que na graduação presencial. Desde 2014 presenciamos o crescimento exacerbado dessa modalidade, e a pandemia funcionou como um acelerador deste processo: em 2024 66% das matrículas no ensino superior passaram a ser da EaD.

O crescimento do ensino à distância favorece principalmente grandes grupos educacionais como Unopar-Anhanguera, Centro Universitário Leonardo da Vinci/UNIASSELVI, Universidade Estácio de Sá, Universidade Paulista (UNIP), entre outros. Considerando todas as matrículas na rede pública de ensino superior, houve apenas 16% na modalidade EaD, enquanto 73% das matrículas em universidades privadas foram no ensino à distância.

O aumento das matrículas em EaD causa a diminuição das turmas noturnas, pois os/as estudantes que precisam trabalhar preferem formas de estudo mais precárias do que encarar a modalidade presencial. Estes/as jovens precisam encarar jornadas exaustivas com baixa remuneração e condições de trabalho cada vez

piores, como no caso dos serviços em telemarketing. Em 2023, 40% dos 45.000 trabalhadores e trabalhadoras de telemarketing encontravam-se na sua primeira experiência formal de trabalho. O setor de serviços é um dos que possui maior volume de trabalhadores/as na escala 6x1.

Baixa qualidade do ensino, precarização do trabalho e alienação

A EaD impede a relação do/a estudante com o/a professor/a e o questionamento, retira a vivência universitária, reduz a socialização e impede o processo de politização. Além disso, estudantes do ensino EaD não têm, de forma garantida, acesso a uma série de direitos que os/as estudantes de ensino presencial têm: a meia-tarifa ou passe livre e a meia-entrada em eventos culturais, mais uma vez, reduzindo a educação ao processo de aulas on-line e, quase sempre, sem acompanhamento didático. O tripé de ensino-pesquisa-extensão também é escanteado, visto que muitos desses cursos não se preocupam em oferecer oportunidades de iniciação científica ou extensões.

O avanço do ensino à distância também representa a precarização do trabalho do/a pro-

fessor/a que, em tese, não mais precisa dar aulas diárias ou semanais, mas é obrigado/a a gravar vídeo-aulas que são repetidas para os/as estudantes de diferentes turmas. O tempo investido na preparação/gravação dessas aulas não é considerado para remuneração, causando uma sobrecarga horária ao docente. A pressão pelo aumento da produtividade do/a professor/a e a perda da autonomia desses/as profissionais, que precisam seguir estritamente um projeto pedagógico focado apenas na formação de profissionais e não de cidadãos politizados, precariza também o ensino de humanidades e aumenta o adoecimento da categoria docente.

O Decreto nº 12.456, conhecido como Novo Marco Regulatório do EaD e comemorado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) como uma vitória do movimento estudantil, apresenta pequenos avanços, mas não representa um passo em direção à democratização do ensino superior de qualidade. É preciso pensar em formas de criação de uma universidade popular, com mecanismos de permanência estudantil e a plena participação da classe trabalhadora e sua juventude na produção de uma ciência focada no desenvolvimento do proletariado e do Brasil. Para isso é necessário pensar também em transporte público qualificado e na redução da jornada de trabalho sem redução salarial, com a valorização da força de trabalho e melhorias das condições laborais como um todo.✊

Leia na íntegra:



MOVIMENTO POPULAR

**OCUPAÇÃO POETA COLIBRI:
UM ANO DE LUTAS E RESISTÊNCIA**



as famílias ocupantes da antiga fazenda abandonada Riacho da Cruz receberam amigos e convidados para celebrar a resistência.

Marcaram presença representantes de organizações como PCB, UJC, CFCAM e Terra Liberta, além de servidores do Idace, dos sindicatos dos trabalhadores da construção civil e dos trabalhadores rurais, junto a movimentos populares, levando mensagens de solidariedade e reconhecimento à luta.

Neste primeiro ano, as famílias resistiram a processos de reintegração de posse e até a ataques criminosos, como a queima de bandeiras e da casa de um dos moradores. Mesmo assim, seguem firmes e, hoje, a comunidade já produz alimentos sem veneno: macaxeira, feijão, cheiro-verde; e cria pequenos animais,

que compõem a paisagem às margens do açude.

Durante a comemoração, também foi realizado o Plebiscito Popular Revoga Já, que denuncia a lei que autoriza o uso de drones para pulverização de agrotóxicos no Ceará, medida que já impacta a vida de inúmeras famílias no estado.

Mais do que celebrar, o encontro reafirmou os laços de amizade, solidariedade e luta que sustentam a resistência da Poeta Colibri e apontam para a construção de um futuro de dignidade e produção de alimentos sem veneno.

Na manhã do dia 27 de setembro, a comunidade da Ocupação (Retomada) Poeta Colibri, em Morrinhos (CE), comemorou um ano de resistência na luta pela terra com um grande almoço coletivo.

Sob uma tenda erguida pelos moradores, enfrentando o sol forte,

Saiba Mais:



CONTRA A AUSTERIDADE FISCAL E A POLÍTICA NEOLIBERAL NO CEARÁ (Nota Política do PCB Ceará)

No dia 24 de setembro, a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou, por ampla maioria, o Projeto de Lei Ordinária (PLO) 603/25, enviado pelo Prefeito Evandro Leitão (PT), que estabelece uma restrição fiscal automática, ou seja, uma “trava” que impede a abertura de novas despesas públicas sempre que 95% da receita já estiver comprometida.

A medida pode resultar em congelamento de salários, proibição de concursos públicos, limitação para a criação de novas políticas sociais e redução dos investimentos públicos. Também impõe um controle rígido sobre créditos suplementares, dificultando o remanejamento de recursos conforme as necessidades da população.

No caso do PLO 603/25, o reajuste anual dos servidores públicos foi retirado da proposta após forte pressão. Ainda assim, o texto aprovado suspende a concessão de

“vantagem, aumento, reajuste ou adequação” da remuneração de servidores caso o limite de 95% das receitas seja atingido, além de vedar a abertura de novos concursos, a criação de novas políticas públicas e a ampliação de despesas por meio de créditos suplementares.

Trata-se de uma política de caráter neoliberal, que aplica uma lógica de austeridade semelhante à do antigo Teto de Gastos, implementado pelo governo golpista de Michel Temer, e ao atual Arcabouço Fiscal. Representa mais um ataque direto à classe trabalhadora, que mais depende dos serviços e políticas públicas de saúde, educação, moradia, saneamento, infraestrutura, transporte, cultura, lazer e segurança.

Essa política é anunciada ao mesmo tempo em que a Prefeitura de Fortaleza encaminha à Câmara o Projeto de Lei do Refis 2025, que

institui o Programa de Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários, beneficiando grandes devedores com dívidas superiores a R\$ 1 milhão. Em outras palavras: enquanto a classe trabalhadora sofre com o arrocho dos gastos públicos, a burguesia local é premiada com generosas vantagens fiscais.

Cabe à classe trabalhadora organizada resistir ao neoliberalismo e ao avanço da extrema-direita, mobilizando forças para a construção do poder popular e do socialismo.



Leia na íntegra



UNIDADE CLASSISTA

80 anos da Federação Sindical Mundial Trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo na luta pela Paz!

A Federação Sindical Mundial (FSM) foi fundada em Paris em 3 de outubro de 1945. O Primeiro Congresso Sindical Mundial (Paris, 3 a 8 de outubro de 1945), que votou pela criação da FSM, contou com a presença de delegados representando 67 milhões de trabalhadores de 56 organizações nacionais de 55 países e 20 organizações internacionais.

O Primeiro Congresso Sindical Mundial foi precedido pela Conferência Sindical Mundial, realizada em Londres de 6 a 17 de fevereiro de 1945, que realizou grande parte do trabalho preparatório. A Conferência de Londres contou com a presença de 204 delegados de 53 organizações nacionais e internacionais, representando 60 milhões de trabalhadores em todo o mundo.

O Congresso de Paris da FSM falava em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras do mundo, organizados/as em sindicatos, que desejavam um mundo livre de guerras e injustiças sociais. A fundação da FSM foi, portanto, vista como indicativa da nova era que se abria com a derrota do fascismo pelas mãos da aliança antifascista dos povos. Novas organizações das massas, da classe trabalhadora em particular, eram necessárias. Daí a necessidade de uma unidade sindical em escala mundial.

A luta pela Paz Mundial é mais que necessária nos dias atuais

Hoje, com a intensificação de novos e antigos conflitos militares, como na Palestina e na Ucrânia, numa era em que a economia de guerra é a agenda dos imperialistas e as despesas militares disparam, enquanto o fascismo, o racismo e a xenofobia avançam, mais do que nunca a luta pela Paz é uma necessidade. O movimento sindical



internacional classista permanece sendo contrário a planos e intervenções de guerra.

A FSM condena veementemente a decisão da cúpula da OTAN de 2025 de aumentar os gastos militares dos seus membros a níveis sem precedentes, com os membros da OTAN sendo obrigados a gastar 5% do seu PIB em “defesa”, o que é mais do que o dobro da meta anterior de 2%. Além disso, os gastos militares aumentam em todas as regiões, mesmo com saltos percentuais de dois dígitos em algumas, nomeadamente na Europa e no Oriente Médio, enquanto 15 países gastam cerca de 75% dos gastos militares globais, o que é de mais de 2 trilhões de dólares, exacerbando o confronto e aumentando o risco de um conflito imperialista generalizado e uma guerra com consequências terríveis.

Exigimos o fim imediato e incondicional de todas as guerras e intervenções imperialistas em todo o mundo. Afirmamos a exigência de dissolução da OTAN e de todas as coligações militares, e a abolição total das armas nucleares. Lutamos pelo cessar-fogo imediato e o fim da guerra na Ucrânia, no Iêmen, no Sudão e em todas as zonas de guerra, no Oriente Médio e em

outros lugares. Condenamos e denunciaremos a continuação do crime indescritível contra o povo palestino! Exigimos o fim do genocídio, as práticas de limpeza étnica e o uso da fome como tática de guerra. Intensificamos nossa luta contra as campanhas armadas israelenses e a agressão contra o Líbano, a Síria e o Irã, pelo fim da ocupação e dos colonatos nos territórios árabes ocupados, garantido o direito de retorno dos refugiados e o estabelecimento de um estado palestino independente nos termos de 1967, com Jerusalém Leste como sua capital.

Exigimos respeito total à soberania, à independência e ao direito de cada povo escolher o seu próprio caminho e decidir livremente pelo seu presente e seu futuro. Opomo-nos com toda nossa força à estratégia da economia de guerra, a todos os governos burgueses que escolhem e pavimentam este caminho. A FSM conchama trabalhadores e trabalhadoras e sindicatos militantes em todo o mundo a amplificar a voz do internacionalismo e da luta de classes em busca de uma paz duradoura contra a agressão imperialista e a barbárie capitalista. 🇵🇸

ECONOMIA POLÍTICA PARA TRABALHADORES

As relações entre a Faria Lima e o crime organizado

Edmilson Costa



A Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal realizaram no final de agosto uma das maiores operações policiais da história brasileira, com o objetivo de desbaratar as relações promíscuas entre a oligarquia financeira estabelecida na avenida Faria Lima, em São Paulo, e uma das facções do crime organizado representada pelo Primeiro Comando da Capital, o PCC. A investigação mobilizou 1.400 agentes da Polícia Federal, cumpriu 350 mandados de busca em oito Estados (São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina) e emitiu ordem de prisão para 14 pessoas, das quais seis estão presas e as outras ainda se encontram foragidas. As revelações da investigação indicaram que 42 empresas da Faria Lima estavam envolvidas numa engrenagem criminosa, dentre as quais fintechs, corretores, gestoras de ativos e bancos, que movimentaram para o PCC cerca de R\$ 52 bilhões num esquema sofisticado que utilizava a engrenagem financeira, como fundos de investimentos, para ocultar o dinheiro de origem ilícita.

A narrativa dominante nos meios de comunicação sempre tratou a criminalidade como um problema oriundo das periferias e favelas, envolvendo jovens pobres e pretos, com o intuito de reforçar o

estigma das comunidades pobres como regiões perigosas. Tudo isso para justificar a violência policial contra a população dessas regiões. Entretanto, a Operação Carbono Oculto deixou evidente que o verdadeiro crime organizado faz parte de uma engrenagem controlada por banqueiros, executivos, gestores de fundos de investimentos e respeitáveis consultorias, além de grandes escritórios de advocacia e contabilidade. São estes senhores os responsáveis por estruturar sofisticados esquemas de evasão de divisas, sonegações bilionárias, aberturas de offshores e agora lavagem explícita de dinheiro de facções criminosas. Mas é bom lembrar que esses engratados não operam sozinhos: se articulam com setores do executivo, do legislativo e até do judiciário, numa engrenagem requintada para naturalizar a corrupção e blindar a impunidade, tudo isso legitimado pela mídia corporativa.

Como opera a cadeia de crimes

O PCC estruturou uma cadeia empresarial com postos de gasolina, fazendas de açúcar, usinas de álcool, padarias e lojas de conveniência, além do tráfico de drogas. Vale a pena listar aquilo que até agora as investigações

descobriram: o PCC é proprietário de quatro usinas produtoras de álcool, 1.600 caminhões de transporte de combustível, seis fazendas no interior de São Paulo, um terminal portuário e uma mansão de R\$ 13 milhões na Bahia. Um dos negócios mais rentáveis era realizado na área de combustível: empresas importavam combustível com dinheiro do tráfico, que depois era adulterado e distribuído para postos de gasolina dos diversos Estados. Os recursos obtidos com a venda do combustível eram recebidos pelas fintechs e misturados com recursos legais de outros clientes numa conta única, as chamadas contas bolsão, o que tornava muito difícil o rastreamento do dinheiro ilícito. Posteriormente, os recursos eram direcionados a fundos de investimentos administrados ou geridos por organizações da Faria Lima.

As fintechs surgiram com o objetivo de modernizar e supostamente democratizar o sistema financeiro, mediante serviços digitais inovadores, com baixo custo e acesso facilitado. Diferentemente dos bancos tradicionais, as fintechs operam com pouca estrutura física e totalmente digitais, com abertura de contas empresariais e pessoais sem análise detalhada ou checagem dos clientes, o que cria oportunidades para a infiltração do crime



organizado, como a investigação recente identificou. Por meio de aplicativos, oferecem contas digitais, cartões de crédito, pagamentos instantâneos, investimentos, crédito e até negócios com criptomoedas. Esse sistema facilita operações nas quais os recursos passam por diversas camadas de contas digitais, carteiras e plataformas, tornando difícil rastrear operações de origem ilícita. Muitas vezes as fintechs funcionam como uma espécie de banco paralelo digital, um terreno fértil para a atuação de criminosos.

Com esse mecanismo altamente sofisticado, a oligarquia financeira da Faria Lima transforma o dinheiro sujo em ativos aparentemente legítimos, como fundos de investimentos, participação em empresas, compra de imóveis, fazendas, entre outros. O elo entre o dinheiro do crime e o sistema financeiro era operado por meio de laranjas, tais como empresários fictícios, familiares de integrantes da facção criminosa e mesmo profissionais do ramo que atuavam como testas de ferro. Abriam contas nas fintechs, apareciam como sócios, movimentavam recursos, mas tudo isso efetivamente controlado pelo PCC. Os laranjas também cumpriam o papel de empreendedores para a expansão patrimonial, como controle de cotas de fundos de investimentos e outros tipos de propriedades. O mais irônico de

tudo isso é que muitas vezes esses bens eram utilizados como garantia para outras operações financeiras, o que ampliava ainda mais o entrelaçamento entre o mercado financeiro e a facção criminosa.

O capitalismo alimenta todo tipo de ação criminosa

Numa conjuntura dessa ordem, torna-se cada vez mais evidente por que a oligarquia financeira, os latifundiários e os monopólios em geral estão empenhados em construir uma candidatura de direita para as próximas eleições de 2026. Esse esforço revela um conjunto de ações que se desdobram em vários vetores: controle político, econômico, ideológico e de autoproteção. Afinal, elegendo um presidente alinhado com seus interesses, esses capitalistas terão um aliado fiel no posto mais importante da República, um executor das políticas que refletirá seus interesses e a manutenção de uma estrutura que abre as portas para o saque sistemático aos cofres públicos e, quando for o caso, acobertamento de seus crimes. Não é por acaso que esses setores do capital já estão realizando uma campanha subreptícia e investindo milhões para alinhar a mídia e consolidar a formação de um bloco político ultraconservador, que preserve esse modelo baseado na

acumulação predatória, na superexploração dos trabalhadores e das trabalhadoras e no saque do fundo público.

Nessa perspectiva, é fundamental que as forças populares se organizem para dar combate aos setores que transformaram o Brasil num vasto território de saque, no qual o capital financeiro, os monopólios e os latifundiários continuam acumulando riqueza às custas do trabalho de milhões de brasileiros e brasileiras e da miséria da população. É necessário que as forças de esquerda construam um projeto que tenha a capacidade de redefinir o futuro do país, sem conciliação com a burguesia, para derrotar a extrema-direita, colocar em evidência a pauta da classe trabalhadora, com o povo em movimento, na perspectiva da construção do poder popular e do socialismo. Essa alternativa está na ordem do dia: tudo depende da nossa capacidade de transformar a indignação e a revolta latente em força organizada para realizar as transformações sociais no Brasil.

Edmilson Costa é doutor em economia pela Unicamp e secretário geral do PCB

Leia na íntegra:



POVOS INDÍGENAS

Toda solidariedade aos Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul!

Comitê Regional do PCB MS



O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus coletivos vêm através desta nota manifestar sua solidariedade e seu apoio aos indígenas Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul, sobretudo àqueles em luta nas Terras Indígenas Guyraroka e Passo Piraju/Ñu Porã.

Com registros de ocupação e habitação da terra há mais de um século, os Guarani-Kaiowá tiveram a T.I. Guyraroka declarada pela FUNAI e pelo Ministério da Justiça em 2009, com área total de 11.334 hectares, dos quais ocupam apenas 50, em decorrência de múltiplos ataques de fazendeiros e de atrasos no processo de demarcação - o qual chegou a ser anulado pelo STF em 2014, sob a tese do Marco Temporal. Passo Piraju/Ñu Porã, por sua vez, segue em estudo desde 2008, aguardando há quase duas décadas

pelo processo de declaração e demarcação.

Há anos, a região vem sendo afetada pelas recorrentes e massivas pulverizações de agrotóxicos - em geral, contrabandeados - praticadas por fazendeiros do agronegócio, expondo as águas, o solo, a fauna e as comunidades indígenas a seus graves efeitos nocivos. Como forma de protesto pela negligência do Estado quanto ao processo demarcatório e, sobretudo, pelo uso irrestrito de agrotóxicos, os Guarani-Kaiowá decidiram avançar e reforçar e retomada da T.I. Guyraroka em 21/09.

A coalizão do terror: fazendeiros, jagunços e governo estadual

Desde então, o que se observa é um cenário de terror. Jagunços intensificaram suas ofensivas contra os indígenas, contando com apoio do Batalhão de Choque da Polícia Militar, do Setor de investigações Gerais (SIG) da Polícia Civil e do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), submetido à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Com uso de helicópteros, deslocamento de caminhões de soldados armados e uso de bombas de gás lacrimogênio vencidas, essa coalizão entre fazendeiros e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul promoveu ataques e despejo ilegal nas áreas de retomada em Caarapó.

Ademais, conforme relatos de apoiadores e dos próprios indígenas, as forças federais - incluindo a FUNAI, a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), a Força Nacional de Segurança Pública (FNS) e o próprio Ministério dos Povos Indígenas (MPI) - têm sido pouco efetivos ou, em alguns casos, completamente ausentes no manejo da crise. A com-

inação entre a negligência do Governo Federal e a ofensiva coordenada dos fazendeiros com o Governo do Estado resulta em um cenário crítico, grave e absurdo de violações dos direitos humanos e de intensificação das práticas de genocídio contra povos indígenas em Mato Grosso do Sul.

É ultrajante e cruel a forma como o Estado burguês dispõe de forças supostamente destinadas à segurança pública para defender as posses de uma elite minoritária do agronegócio, atacando - em lugar de proteger - a população. O que se evidencia nas Terras

Indígenas de Guyraroka e Passo Piraju/Ñu Porã é um Estado brasileiro que não é apenas omissivo, mas que ativamente planeja, coordena e executa o genocídio indígena para atender aos interesses da burguesia ruralista e, em última instância, do capital.

Finalmente, é urgente que partidos, movimentos sociais e demais formas de organização coletiva se unam em defesa e apoio aos Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul, e aos povos indígenas de todo o país, pelo direito à terra, pela proteção da natureza, contra o agronegócio e contra o Marco Temporal. Do contrário, a história registrará nossa culpa irremediável como espectadores de um genocídio. Gaza também é aqui.

Acesse o Instagram do PCB MS:



LUTAS ANTIRRACISTAS

Lutas do proletariado negro: da Quilombagem ao Poder Popular

Por Lucas Silva, membro do Comitê Central do PCB



O racismo é uma ferramenta ideológica fundamental para o pleno funcionamento do capitalismo. Apesar das frequentes e numerosas tentativas das classes dominantes brasileiras em esconder o racismo, a grande maioria da população reconhece esse fenômeno em nossa sociedade.

O racismo brasileiro se manifesta de maneira sutil, mas também brutal em praticamente todas as esferas da vida social, espelhado e colado na exploração da classe trabalhadora brasileira, com duas estratégias principais: o genocídio da população negra e a desigualdade no mercado de trabalho.

Segundo dados do Atlas da Violência 2024 e reportagens do Alma Preta Jornalismo e Notícia Preta, uma pessoa negra é morta a cada 12 minutos, sendo os negros 76,5% das vítimas de homicídio e durante o período analisado pela pesquisa, de 2012 a 2022, 445.442 pessoas negras foram assassinadas. As mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e violência sexual no Brasil.

Na esfera do mundo do trabalho, o proletariado negro é a maior parcela da nossa classe que é explorada na escala 6x1. De acordo com o portal Alma Preta Jornalismo, “os setores da economia com maior

jornada de trabalho são agropecuária, extrativismo, alojamento e alimentação, transporte, comércio e construção civil. “E esses setores [com jornada acima de 43 horas] são predominantemente negros”, variando de 54,8 a 65,5% de pessoas negras, conforme o setor.

No capitalismo periférico brasileiro, constatamos que somos a maior parte da população desempregada, recebemos bem menos que as pessoas não negras, temos os piores salários e os postos de trabalho mais precários.

Organizar a resistência: pelo fim da exploração e do racismo

Diante desse mosaico macabro, o que fazer? Primeiro de tudo, resgatar e valorizar nossa história de lutas, absorvendo e atualizando as contribuições dos clássicos como Clóvis Moura, Edison Carneiro, Lelia Gonzalez, Beatriz Nascimento, entre outros, que atestam o caráter rebelde e organizador do povo negro. A quilombagem como “um processo social contínuo de protesto que se desenvolve dentro da estrutura escravista, solapando-a histórica, econômica, étnica, e socialmente” (Clóvis Moura, 1994) é a grande demonstração dessa rebeldia histórica.

Outra luta ideológica fundamental do proletariado negro é por um lado o combate intransigente e sistemático contra todas as teorias eugênicas e de inferioridade da população negra e por outro lado o enfrentamento intolerante e tenaz contra as concepções de democracia racial, orgulho pardo e orgulho mestiço dos nossos tem-

pos. Afinal de contas, Clóvis Moura nos lembra que “não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo.”

Precisamos seguir lutando pela desmilitarização da segurança pública e da descriminalização das drogas como medidas para acabar com o genocídio da população negra, assim como o fim da escala 6x1 com as 30h semanais, o reconhecimento de vínculo trabalhista para os entregadores de apps, a reforma agrária popular e a revogação da reforma trabalhista são bandeiras imprescindíveis para o proletariado negro e para o conjunto do movimento negro.

Essas são algumas das bandeiras fundamentais para ganhar terreno, mobilizar e organizar parcelas cada vez maiores do proletariado negro, fração imprescindível da classe trabalhadora na luta pela real democratização das relações de produção e construção de relações novas, pautadas pelo fim da exploração e do racismo, cuja base é o poder dos oprimidos e explorados, o poder popular no rumo do socialismo.✊



HISTÓRIA E REVOLUÇÃO

108 anos da Revolução Bolchevique

Por Nathália Mozer - diretora da Fundação Dinarco Reis



Cartaz: “Trabalhadoras, peguem os rifles” (1917) - Lev Brodarty

A Revolução de Outubro de 1917 não foi um mero evento histórico, mas o início de um novo momento onde os trabalhadores russos tomaram em suas mãos as rédeas do seu próprio modo de viver. Sob liderança dos bolcheviques, o povo russo demonstrou ao mundo que era possível derrubar o império e construir uma sociedade baseada na justiça social e no uso coletivo da terra e dos meios de produção.

O contexto de fome e guerra tornava péssima a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Enquanto o governo provisório mantinha a Rússia na guerra mundial, as ruas eram tomadas por manifestações que exigiam "paz, pão e terra". A tomada do poder em outubro foi o coroamento de um processo revolu-

cionário onde os conselhos operários (soviets) tomaram o poder.

A revolução promoveu uma transformação sem precedentes na condição de vida das mulheres. Imediatamente após a tomada do poder, os novos governantes socialistas promulgaram leis que colocaram a Rússia Soviética na vanguarda dos direitos femininos em todo o mundo. O Código da Família de 1918 estabeleceu a igualdade jurídica plena entre homens e mulheres, concedeu o direito ao divórcio a pedido de qualquer dos cônjuges, eliminou distinções entre filhos "legítimos" e "ilegítimos" e garantiu à mulher o controle sobre sua renda. Estes foram instrumentos concretos para liberar as mulheres da escravidão doméstica e da dependência do casamento.

Uma revolução na vida das mulheres

Os/as revolucionários/as agitavam que a libertação das mulheres era inseparável da libertação de toda a classe trabalhadora. Foram criadas redes de creches, lavanderias e refeitórios comunitários destinados a socializar o trabalho doméstico, tradicionalmente não remunerado e imposto às mulheres. A legislação trabalhista mais avançada do planeta garantia licença-maternidade remunerada e igualdade salarial. Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Nadejda Krupskaya tornaram-se vozes teóricas e práticas desta emancipação, defendendo que a verdadeira liberdade femi-

nina exigia tanto a independência econômica quanto uma mudança nos costumes sexuais e familiares.

O terceiro pilar da emancipação feminina foi a abertura massiva da educação e de todas as profissões. Às mulheres soviéticas foram dadas as condições para se tornarem engenheiras, médicas, cientistas, juízas, pilotas, etc... Esta transformação não apenas elevou imensamente a condição social das mulheres, mas também serviu como inspiração para as lutas feministas em todo o mundo, demonstrando na prática que a igualdade formal era insuficiente sem as condições materiais que a tornassem realidade. As bolcheviques colocaram as questões das trabalhadoras no centro do projeto de construção do socialismo.

A própria existência da União Soviética atuou como um fator de pressão sobre os capitalistas. O medo da revolução forçou as elites governantes dos países capitalistas a fazerem concessões significativas aos movimentos trabalhistas para evitar levantes. O surgimento do Estado de Bem-Estar Social na Europa do pós-guerra, com seus direitos trabalhistas, seguridade social, saúde pública e educação universal, não foi uma mera concessão benevolente, mas uma resposta direta à ameaça representada pelo bloco socialista. O legado de 1917 permanece vivo e servindo de aprendizado às várias gerações de militantes revolucionários que lutam e sonham com uma nova forma de produzir a vida sem exploração de classe. ✊

APOIE A FUNDAÇÃO DINARCO REIS:

**FAÇA UM PIX:
04345176000136**

FDINARCOREIS.ORG.BR



LINKS:
FUNDAÇÃO
DINARCO REIS



SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO

Basta de genocídio!

Em defesa da Palestina Livre e Soberana!

PALESTINA LIVRE!

Os anúncios de reconhecimento da condição de Estado feitos nos últimos dias pelo Reino Unido, França, Canadá, Austrália, Portugal e outros países levaram as autoridades israelenses a anunciar abertamente a intenção de anexação formal da Cisjordânia ocupada.

O governo sionista segue adotando políticas voltadas à ocupação e ao roubo de terras, visando o apagamento sistemático da Palestina. Para muitos na Cisjordânia, o reconhecimento e as manifestações públicas de apoio à Palestina ainda são insuficientes para barrar o genocídio promovido pelo Estado de Israel.

“Cem palestinos estão sendo mortos todos os dias em Gaza”, disse Omar Assaf, ativista político em Ramallah, ao The Electronic Intifada. “Essa decisão de reconhecimento tem mais peso simbólico e político do que qualquer efeito real. Necessário hoje é parar o genocídio, a fome e a destruição.”

De acordo com dados divulgados pela FEPAL (Federação Árabe-Palestina do Brasil), as vítimas palestinas exterminadas e desaparecidas sob os escombros desde o dia 07 de outubro de 2023, já ultrapassam o número de 73.449, o que representa 3,3% da demografia da Faixa de Gaza. Se isso ocorresse no Brasil, a quantidade de pessoas vitimadas seria equivalente a 7 milhões de brasileiros.

Estudo publicado em julho

do ano passado na revista The Lancet diz que a cada morte resultante diretamente dos efeitos bélicos, outras quatro acontecem. Na época, os casos de mortes reportadas somavam 37.396, número que, ao considerar as vítimas indiretas, era de 180 mil palestinos exterminados. Atualmente, ao seguir os mesmos critérios de contagem, a estimativa ultrapassa 300 mil mortes.

Outro estudo recente estima a ocorrência de 75.200 mortes entre outubro de 2023 e janeiro deste ano. Entre as vítimas, 56,6% eram mulheres (de 18 a 64 anos), crianças (menores de 18 anos) e idosos (mais de 65 anos).

Para deter o genocídio, é preciso mover multidões

Segundo Ualid Rabah, presidente da FEPAL, o genocídio é uma política de Estado, que além de matar, exporta a limpeza étnica às diásporas, gerando medo através de torturas, prisões em massa e violência sexual. Entre as pessoas afetadas também estão palestinos e palestinas que tiveram seus tratamentos médicos interrompidos devido à destruição de hospitais, bem como aqueles e aquelas que adquiriram novas doenças em decorrência da fome e sede, utilizadas como armas de guerra contra a população indefesa.

Israel vem promovendo políticas de anexação e roubo de terras na Cisjordânia e em Gaza

desde 1967. Com o avanço do genocídio em Gaza, houve recordes de terras palestinas roubadas, vilarejos apagados, moradores/as expulsos/as e novos assentamentos ilegais construídos – tudo realizado por meio da violência da ocupação militar e dos ataques de milícias de colonos, armadas e apoiadas pelo governo.

Ao participar do seminário “A Palestina é dos palestinos”, durante a 22ª Jornada de Agroecologia promovida em agosto deste ano pelo MST, assim afirmou o presidente da FEPAL: “Para deter o genocídio, você tem que mover multidões. Multidões se movem com generosidade, com discurso objetivo, com abrangência, com um abraço fraterno. O povo palestino precisa de cada homem e de cada mulher.”

Em todo o mundo crescem as manifestações de apoio à Palestina, como se deu em setembro em vários países europeus e durante a Assembleia Geral da ONU nos EUA. É necessário intensificar a mobilização internacional para barrar o genocídio e garantir ao povo palestino o direito à vida e a construir com autodeterminação o seu próprio destino. Palestina Livre do Rio ao Mar! 🇵🇸

Leia mais:



MEMÓRIA VIVA • PCB NA LUTA CONTRA A DITADURA

JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA, PRESENTE! 50 ANOS DO ASSASSINATO DO CAMARADA MAGRÃO



No ano de 1975, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sofria o forte ataque desferido pelos órgãos da repressão, coube a José Montenegro de Lima a responsabilidade de retomar a produção do Voz Operária, jornal mensal comunista, um dos principais alvos da caçada feita pela ditadura, que acabara de dismantelar a gráfica clandestina do Partido em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Instalado em São Paulo, Montenegro usou um mimeógrafo destinado à elaboração de questionários de pesquisa de mercado para imprimir as edições da Voz Operária de fevereiro, março e abril daquele ano, últimos exemplares produzidos no Brasil.

Magrão, como era conhecido o dirigente da Juventude Comunista, por ser franzino e ter quase dois metros de altura, desafiou as forças da reação um mês depois de o ministro da Justiça, Armando Falcão, ter noticiado com júbilo, em cadeia nacional de televisão, a queda da estrutura gráfica do PCB. Preso em 29 de setembro daquele ano, Montenegro foi conduzido para um sítio em Araçariguama, no interior de São Paulo, um porão de torturas clandestino mantido pelo Exército

Brasileiro. Torturado e morto com uma injeção para sacrificar cavalos, seu corpo foi atirado nas águas do Rio Novo, em Avaré, mesmo destino de outros militantes assassinados pela ditadura.

José Montenegro de Lima nasceu no município cearense de Itapipoca, em 27 de outubro de 1943, primogênito do pedreiro Francisco Montenegro de Andrade – o Chico Vermelho, agitador das candidaturas do PCB em 1945 – e de Maria dos Santos Montenegro, dona de uma barraca em que servia comida para sustentar seus 12 filhos. Estudou no ginásio industrial de Fortaleza, onde fez o curso de técnico em Construção de Estradas e começou a participar do movimento estudantil. Já militante do PCB, em 1963 foi eleito para a União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI), durante o V Congresso da entidade, acontecido em Fortaleza. Transferiu-se então para a Escola Técnica Nacional do Maracanã, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), passando a residir no Rio de Janeiro.

Com o golpe de 1964, Montenegro foi indiciado no Inquérito Policial Militar da UNE, que envolveu mais de mil estudantes. Em 1966, foi para Moscou estudar na Escola de Quadros do Instituto Superior de Estudos Sociais mantido pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Dois anos depois, retornou ao Rio de Janeiro,

assumindo a organização da Secretaria Juvenil, vinculada ao Comitê Central sob responsabilidade da dirigente Zuleika Alembert. Enviado para São Paulo, incumbiu-se do trabalho de reestruturação do Comitê Universitário paulista, dizimado pela repressão, coordenando ainda a ação dos/as comunistas no movimento secundarista e junto a movimentos culturais formados nos moldes do extinto CPC da UNE.

Em 1973, comandou a delegação brasileira para o Festival Mundial da Juventude Democrática promovido pela FMJD em Berlim Oriental. O bravo militante comunista, que se destacou por sua disciplina, coragem, senso crítico e coletivo, era carismático, respeitado pela capacidade de ouvir e conversar com quem pensava diferente dele e apaixonado pela vida.

Em 2016, o Ministério Público Federal denunciou o ex-chefe do DOI-CODI Audir Santos Maciel por homicídio duplamente qualificado e ocultação do cadáver de José Montenegro, crimes imprescritíveis e impassíveis de anistia. Que se faça justiça, enfim!

Camarada José Montenegro, presente, hoje e sempre!

LEIA NA INTEGRA:



Contribua com a produção de conteúdo revolucionário e a divulgação do marxismo-leninismo no Brasil!



apoia.se/fundacao-dinarcoreis



Vitrine Comunista:



dinarcoreis.org.br



Fundação Dinarco Reis:

ACESSE AS MÍDIAS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

- youtube.com/JornalOPoderPopular
- instagram.com/jornalopoderpopular
- t.me/canalpcbnoticias
- x.com/OPoderPopular
- facebook.com/jornalopoderpopular
- opoderpopular.com.br